

O SISTEMA PROFISSIONAL BIBLIOTECÁRIO BRASILEIRO: sua capacidade de responder às mudanças do ambiente político e econômico no início do século XXI; uma abordagem sob a perspectiva da ação comunicativa.

THE PROFESSIONAL SYSTEM BRAZILIAN LIBRARIAN: its capacity to answer to the changes of the environment economic and politician in the beginning of century XXI; a boarding under the perspective of the communicative action.

FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUZA - chagas@ced.ufsc.br

Professor Adjunto Doutor
Departamento de Ciência da Informação
Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo

Trata-se de artigo que resulta de pesquisa teórica, de caráter sociológico, que constrói uma caracterização da composição estrutural da profissão bibliotecária a partir da perspectiva sistêmica e da concepção de mundo vivido originária da Teoria da Ação Comunicativa de Habermas e da tipologia profissional oriunda da Sociologia das Profissões de Freidson. Adotando esta caracterização estrutural para analisar o cotidiano vivido pela categoria bibliotecária brasileira, conclui que a capacidade da categoria bibliotecária de responder às mudanças do ambiente político e econômico no início do século XXI depende de que seja tornado transparente e objetivo qual é e como está estruturado o Sistema Profissional Bibliotecário brasileiro. A sua explicitação e o seu uso como marco teórico para a formação de profissionais bibliotecários e para a orientação das ações bibliotecárias nacionais poderá credenciar a categoria bibliotecária para de forma eficaz e consciente responder às mudanças do ambiente político e econômico no início do século XXI.

Palavras-chave: bibliotecário; sociedade; Brasil; ensino de Biblioteconomia; sistema profissional; ação comunicativa

Abstract

This article is a theoretical discussion, based on sociological principles which constitute the structural composition of the profession of librarian, from a systemic perspective of world organisation, according to Habermas' theory of communicative action and the professional typology proposed by Freidson in his Sociology of Professions. Focusing on the structural characterisation of the daily tasks performed by the Brazilian Librarian, the article concludes that the capacity of librarians to respond to the political and economic changes of the beginning of the XXIst century depends on a clear and transparent description of the responsibilities of the information professional and how the Brazilian Library Professional System is structured. If the theoretical principles discussed are used for the educational purposes of the librarians and for their strategic national action, these same principles may prepare the librarian to respond to the new political and economic environment of the new century.

Keywords: Brazilian librarian, Brazilian society, Brazilian librarian education, Librarianship and professional systems, Librarianship and communicative action

1 INTRODUÇÃO

Quando se entra na discussão sobre mercado de trabalho as posições explicitadas a respeito tendem a expressar uma gama variada de questões que são próprias da complexidade da relação existencial do homem com o meio. Dois tópicos emergentes desse meio, ou ambiente, se ressaltam pois inescapavelmente interferem sobre as decisões acerca do desenvolvimento social. Um tópico é a política, ou seja, o conjunto de decisões que, derivando das intenções de como organizar a sociedade para alcançar seus objetivos, determina as ações que serão efetivadas, isto é, dirá como se farão e quem tornará efetivas essas ações, especialmente, no âmbito

profissional. O outro tópicos é a economia, ou seja, a organização dos meios e recursos de produção material ou simbólica que ocupa pessoas e lhes assegura a sobrevivência material, fornecendo o que cabe a cada indivíduo e tendo por diretriz o que foi determinado politicamente.

Isso significa, em linhas gerais, que a política dirá o que, em dada sociedade, todos farão e porque farão como produção material e simbólica e a economia dirá quando, onde e como se fará essa produção. Esse quadro teórico, portanto tomado como estrutura com base em análise da realidade empírica, não se reproduz sempre com traços de linearidade perceptível, mas sugere de onde partem os comandos que orientam o funcionamento da sociedade.

O que vem ocorrendo neste final de milênio tende a tornar evidente que os implementadores das decisões políticas que se aplicam à economia tomaram o assento dos decisores políticos orientando o conjunto das decisões políticas para a esfera econômica. Assim o quando, onde e como se fará a produção da riqueza social está precedendo nas agendas políticas ao o que todos farão e o porque o farão, naturalizando ideologicamente os homens concretos que passariam de sujeitos do planeta a partículas físicas do planeta podendo ser explorados mineralmente como já se faz com as matérias primas industriais, pois ainda que uma parte seja produto sintético, são todas derivadas de substâncias primárias do planeta.

Esse panorama tem sido favorecido, à exaustão, na medida em que o campo do conhecimento simbólico, as Ciências Humanas e Sociais, tem sido incapaz de exercer e fazer valer a atividade de mediador dos processos de ação e atuação política de modo a resgatar e dar centralidade a concepções da teoria social tais como "mundo vivido" e "entendimento" onde o argumento, matéria prima da ação política, tem sido superado pela racionalidade instrumental, para usar o quadro conceitual de Habermas.ⁱ

Assim, ressalta-se a concepção sistêmica de cunho racional instrumental, como ordenadora da organização das ações e funcionamento da sociedade, que também constitui marco teórico fundamental para a análise da situação vividaⁱⁱ. É nessa perspectiva, de sistema, que se estabelecem e podem ser compreendidas as profissões as quais se estruturam como universos particulares compostos de elementos entrelaçados que, num processo de total e permanente solidariedade, necessitam realizar como recurso para a sobrevivência a constante leitura do meio ambiente externo a fim de promover a autoregulação. Em outros termos, vistas como sistemas, prevalece a idéia de que as profissões para permanecerem aceitas pela sociedade precisam reestruturar-se simultaneamente, ou contemporaneamente, às modificações do ambiente que as assimila.

Esse processo autoregulatório, neste momento histórico de acentuadas transformações decorrentes da ocupação da esfera política pela esfera econômica, torna-se vital a fim de que o campo Mercado de Trabalho, mesmo absorvendo as novas profissões criadas a cada dia por força dos novos modos de produção, permaneça aberto às reestruturadas profissões já estabelecidas.

Isso requer, contudo, que tais profissões, como Sistemas Profissionais, tenham a agilidade necessária para produzir tais reestruturações, ou resignificações, sem perda de tempo em relação a questões meramente secundárias, por serem estranhas às suas bases infra-estruturais.

A partir desta perspectiva de análise, aplicando as concepções de sistema e de mundo vivido, e dando convergência ao conjunto das pesquisas ora em realização pelo Departamento de Ciência da Informação da UFSC, na linha de investigação Informação e Sociedade, este artigo expõe uma apreciação teórico-sociológica sobre o Sistema Profissional bibliotecário brasileiro centrando-se mais particularmente na avaliação de sua capacidade de manter-se vivo nesta sociedade nas próximas décadas.

2 CARACTERIZAÇÃO ESTRUTURAL DO SISTEMA PROFISSIONAL BIBLIOTECÁRIO

Para efeito de caracterização, estratificação conceitual ou denominação de parcelas constituidoras do sistema profissional bibliotecário brasileiro, serão utilizadas designações inspiradas na teoria de currículo que denomina os construtos curriculares de 3 maneiras: a) Manifesto (ou visível), b) Oculto (ou invisível) e c) Nulo.ⁱⁱⁱ

Neste artigo, caracterizar-se-á o sistema profissional bibliotecário brasileiro, como composto pelos subsistemas: visível, invisível e nulo.

2.1 O subsistema visível

Aqui o conceito de subsistema visível define o conjunto dos elementos ou componentes que integram formal e objetivamente a profissão bibliotecária que opera ou funciona no Brasil.

Tomar-se-á essa visão sistêmica a partir da perspectiva da Sociologia das Profissões de Freidson. Por ela, os elementos estruturais definidos a partir de uma tipologia profissional determina que dada categoria dispõe de:

- profissionais no exercício das tarefas finais executivas: no caso em estudo, os bibliotecários propriamente ditos;
- profissionais cuja tarefa principal, ao menos em dado tempo, é a de organização política da profissão, ou seja, dirigentes de Associações e de Conselhos Profissionais;
- profissionais que se dedicam majoritariamente ao ensino, pesquisa e desenvolvimento científico da profissão.

Pelos vínculos que constróem a partir de suas ações e vivências cotidianas, todos esses profissionais como conjunto são os mobilizadores funcionais do sistema bibliotecário e, por fazerem isso, organizam e mantêm as estruturas físicas, mentais e normativas para essas ações. Nesse sentido, pode-se dizer que o subsistema visível vai se manifestar do seguinte modo:

a - em nível físico

- um conjunto de instituições e pessoas adquirentes de serviços;
- um conjunto de entidades de representação e organização política da categoria

- um conjunto de escolas para a formação de pessoal

b - em nível mental

- um acervo de atitudes, habilidades e modos de ser
- um acervo de princípios éticos e de conduta social
- um acervo de conhecimento assimilado e em desenvolvimento, com alimentação intelectual permanente como decorrência da busca de solução para os problemas colocados pela interação com a sociedade

c - em nível normativo

- uma documentação que reflita o pensamento concreto de todos os profissionais participantes da categoria sobre o alcance de sua atuação, a correlação de forças sociais que a mantém ou que a criticam, a avaliação dos resultados que produz, os benefícios que a sociedade usufrui com a sua presença, etc.
- uma documentação que estabeleça as formas de conduta profissional (com ou sem inclusão de uma legislação legal, decorrente do sistema jurídico do estado) explicitando a deontologia do grupo em consonância com os princípios éticos intuídos;
- uma ampla bibliografia científica em crescimento constante e qualitativamente forte que demonstre a capacidade autogerativa do grupo e sua leitura permanente da mudança do ambiente que abriga o sistema profissional.

2.2 O subsistema invisível

Aqui o conceito de subsistema invisível define o conjunto das ações não prescritas realizadas pelos elementos ou componentes pessoais e institucionais que estão associados à profissão bibliotecária que opera ou funciona no Brasil. Dizendo de outro modo, o cotidiano ambiental joga permanentemente para dentro do sistema demandas, avaliações, contraposições que o colocam em risco constante e, no limite, podendo levar à sua eliminação. A resposta a isso nem sempre decorre de uma atuação previamente maturada em nível físico, mental ou normativo. Na maioria dos casos, vem de modo intuitivo como resposta fornecida pelo profissional que está postado diante da situação. O conjunto dessas situações e das ações executadas como respostas forma esse subsistema invisível que tende a garantir, a seu modo, o ajuste do sistema profissional. Em outros termos, é este subsistema um importante garantidor da sobrevivência do sistema profissional. Por isso, descrever aquelas situações e as ações executadas como respostas, no nível de parte da rotina de cada profissional, socializar os modos operacionais postos em prática, por meio de relatos de experiência, de relatos de casos, passa a ser vital para a retroalimentação do sistema bibliotecário.

Isso implica que essa descrição deveria ser um ato corriqueiro dos 3 subgrupos de profissionais mas, sobretudo, deveria ser estruturado como estratégia permanente e pedagogizado pelo subgrupo de profissionais que se dedicam majoritariamente ao ensino, pesquisa e desenvolvimento científico da profissão, na medida que disso vai emergir boa parte da matéria-prima de pesquisa e orientação de ações de extensão que enriquecerão o ensino conteudístico, a prática pedagógica e a atuação profissional.

2.3 O subsistema nulo

Aqui o conceito de subsistema nulo define o conjunto das ações contra a existência da categoria bibliotecária e que são particularmente produzidas pelos próprios bibliotecários, seja por desinformação profissional, seja por insatisfação, mas que repercutem negativamente no que se costuma chamar de imagem, e que, por último fragiliza a construção dos fatores que caracterizam a identidade profissional. Algumas dessas ações rompem os princípios mínimos de adequação da ação profissional tanto no nível físico, quanto nos níveis mentais e normativos. A título de exemplo, o subsistema nulo passa a existir quando há a recusa na participação e fortalecimento no movimento associativo, ou numa má execução do currículo escolar, ou na recusa de filiação ao órgão fiscalizador do exercício profissional, na aceitação fatalista de valores negativos atribuídos à profissão, no desalento em relação à expansão do mercado de trabalho com a abertura de vagas profissionais, na aceitação da separação organizativa das instâncias de ação política relativas aos diferentes tipos de profissionais, por exemplo, com a sistemática recusa à existência de uma única Associação Nacional em que as demais estruturadas por áreas ou segmentos especializados, dela participem como seções, por exemplo, o que poderia viabilizar decisões politicamente unitárias acerca das questões relevantes para a sobrevivência do Sistema Profissional Bibliotecário brasileiro, entre outros tópicos.

3 AS MUDANÇAS POLÍTICAS E ECONÔMICAS DO AMBIENTE BRASILEIRO NO FINAL DO SÉCULO XX

Dada a complexidade da realidade social brasileira, seus componentes estruturais de ordem política e econômica requerem uma exposição escrita muito mais profunda e, por isso, com mais detalhes sobre as mudanças do que poderia comportar um artigo, dadas as limitações de espaço editorial.

Contudo, há indicadores genéricos que permitem perceber as mudanças que o país sofreu nestas duas últimas décadas. Todas elas, mesmo as mudanças políticas realizadas sem a intenção específica nesse sentido, trouxeram repercussões muito fortes na mudança econômica favorecendo uma orientação para o modelo liberal de economia. Nesse sentido, se o quadro político no início dos anos oitenta indicava muito maior esforço da classe parlamentar para fazer o Brasil chegar a um estado de bem estar social mais amplo, conforme largamente refletido na Constituição Federal promulgada em 1988, as ações parlamentares subsequentes induzidas e até forçadas pelo Executivo Federal têm reconstruído a estrutura econômica orientando-a para a retirada do Estado das ações mais amplas de amparo social.

Assim, tem-se ao longo dos anos 90 uma reorganização sem fim do Estado brasileiro, que dá a sensação permanente de desorganização na medida em que está ocorrendo a desmontagem das estruturas promotoras dos benefícios sociais existentes, com uma remontagem para menos em todos os sentidos. Isso repercute na extinção de autarquias e sociedades de economia mista ou de empresas públicas, muitas das quais criadas dos anos 50 aos anos 70, que passaram a ser leiloadas a preços aviltantes. Nesse bojo, vêm surgindo novas entidades, as agências reguladoras da oferta de serviços públicos, dentre as quais destacam-se a ANATEL (telefonia); a ANEEL (energia elétrica); a ANA (águas), etc.

De outro lado, embora em discussão por ferir o projeto de estado mínimo desejado pelo Executivo, um efeito produzido pela Constituição de 1988, de fortalecimento da base social pela proximidade com o estado, refletiu-se na expansão do número de municípios, que em 1980 girava em torno de 4000 e que em 1999 chega a 5507^{iv}. Essa expansão trouxe, como era previsível, facilidades e problemas. Dentre as facilidades para a sociedade, possibilitou a redistribuição econômica gerando, a contragosto da perspectiva econômica do governo atual, uma expansão do emprego público e, assim, uma certa redistribuição de renda. Os problemas, no caso, vêm por conta da possibilidade de aumentarem os desvios de recursos e o exercício de uma certa pressão de políticos influentes, voltada ao encurralamento de certas lideranças políticas nos pequenos municípios. O contraponto, neste quadro aparentemente caótico vem por conta do fortalecimento, em algumas dessas localidades dos partidos de esquerda, levando a confrontos menos civilizados e ao assassinato de lideranças mais arrojadas, que exercem a disposição de se contraporem às práticas do encurralamento remanescentes do coronelismo político, de forte tradição em certas áreas, em todo o país, e não apenas na região Nordeste.

Nesta práxis, vê-se fortalecer, também como reflexo da Constituição de 1988, uma legislação de amparo social que consegue — como no caso do Estatuto da Criança e do Adolescente, do Código de Defesa do Consumidor, dentre algumas outras — senão mudar o quadro de incúria e irresponsabilidade do Estado ao menos expor para a sociedade o caráter desse Estado que sistematicamente descumpra boa parte da legislação social existente. Neste ponto, tem exercido papel importante, pelo fortalecimento dado pela atual Constituição, o Ministério Público, que tem exercido papel vigilante e, em geral, a coerente defesa das leis de cunho social, o que culmina com a maior exposição negativa do governo na mídia impressa e eletrônica. Ressalte-se também que os órgãos dessa mídia passaram a ter mais liberdade de expressão, refletida sobretudo pelo surgimento de órgãos alternativos, em que pese a manutenção pela força econômica dos grupos de comunicação tradicionais sistematicamente alimentados com os investimentos crescentes sob a forma de pagamento de publicidade oficial.

Esse conjunto de acontecimentos, que reflete o estado de sucateamento dos serviços públicos em todas as áreas, também vê o seu contraditório no fortalecimento da organização política dos servidores públicos que desde o início dos anos 80 realizam em calendário praticamente anual greves e outros movimentos de paralisação em defesa de um Estado do bem estar social. Essa organização política termina por cumprir um papel importante de construção de uma educação cívica do povo e de mostrar, dentro de suas possibilidades, como pode constituir-se em mídia complementar na denúncia da deletéria ação política e administrativa das classes dirigentes. Com isso, exercem expressivamente os direitos sociais e políticos previstos na Constituição Federal de 1988, ainda que muitos deles o governo, incluído o Executivo e o Parlamento, não têm regulamentado, como o direito de greve.

Nesse panorama, todas as principais mudanças políticas implementadas nos anos 80 e 90 são a expressão da luta entre duas correntes em clara disputa. Para a primeira, deve prevalecer a ação da política como dirigente da realização econômica, que é a orientação fundamental contida no espírito da Constituição Federal de 1988. Para a segunda, deve prevalecer a ação dos interesses econômicos ditando as políticas a serem implementadas pelo Estado, que é a orientação trazida a partir da prática administrativa desde a Gestão Collor de Melo e mais fortemente seguida nos duas gestões de Henrique Cardoso. Desse confronto, tão evidente, resulta a já

mencionada sensação de caos permanente e do amontoamento de escombros de toda ordem, em todos os lugares, em geral, exposta semanalmente pelo cartunista Paulo Caruso na página final da revista Isto É.

A breve análise acima sobre as mudanças políticas, já aponta para as mudanças econômicas que vêm acontecendo nesses anos finais do século XX no Brasil. Estas são invocadas pelos dirigentes políticos e pelos executores econômicos como necessárias como meio para a adaptação do país ao grande sistema econômico mundial, atualmente orientado pelas agências multilaterais, supragovernamentais, como o FMI e o Banco Mundial, inteiramente submetidas ao movimento das bolsas de valores, por sua vez funcionando sem instrumentos de controle do movimento do capital financeiro que, em última instância, exerce o real poder político em escala mundial.

É por aí que vai ser justificada, no período em que o Sr. Bresser Pereira dirigia o então Ministério da Reforma do Estado, a criação na estrutura de carreiras e cargos do serviço público federal brasileiro da mais forte equipe de sustentação da ação do Estado, os "Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental" que, numa homepage bastante detalhada (<http://www.geocities.com/CapitolHill/4015/index.htm>, vista em 13.07.2000), de sua Associação Nacional, autoafirmam-se como "Profissionais da Função pública". A denominação dos cargos desta categoria de superfuncionários, está destacada no artigo primeiro da medida provisória (MP) número 2.048-26, de 29 de junho de 2000, utilizada pelo governo como uma estratégia para desconstrução da última Greve dos Servidores Públicos federais, iniciada em maio de 2000. O que não surpreende é que, de acordo com a imprensa política nacional, boa parte ou a totalidade destes servidores, já bem remunerados em comparação com os demais servidores públicos, foram beneficiados e de modo algum participaram diretamente da referida greve. A maioria daqueles cargos listados naquela MP se refere a funções que pertinem a atividades de estratégia econômica.

Pelo que se observa, a intensificação do esforço do Estado, pelo seu Executivo Federal, no sentido da desconstrução das cláusulas de proteção social contida no bojo da Constituição Federal vigente, através da remessa sistemática de Projetos de Lei ao Parlamento, se dá a partir da constituição dessa categoria funcional, que regula suas estratégias especificamente pelo interesse econômico, até pelo fato dos cargos terem se constituído e serem preenchidos com pessoal detentor deste perfil.

Desse modo, é dessa forte usina de estratégias econômicas, que se reporta e se regula pelos princípios ditados pelo FMI e Banco Mundial, que a ação política do próprio parlamento não consegue se desamarrar e fazer valer, desde então, os critérios políticos de direção da sociedade brasileira.

Com isso, os principais componentes estruturais da política econômica do país, como o Orçamento Federal, o Orçamento previdenciário, as políticas de trabalho, emprego e renda, a política educacional, a organização da infra-estrutura de produção industrial, a estrutura tributária e de arrecadação, dentre outros, têm deixado cada vez mais alienados os políticos, que no parlamento federal, mesmo com suas assessorias regidamente remuneradas, conforme diz a própria imprensa política nacional, não sabem o que estão votando, quando votam estas matérias nos momentos que elas ingressam na agenda de deliberação.

De outro lado, esse visível velamento que o Executivo constrói sobre a ação política em benefício dos interesses econômicos, às vezes espúrios, não assegura que os possíveis benefícios sociais aprovados nas votações realizadas pelo Parlamento sejam cumpridos. Emblemático disso, é que o Congresso aprova, por exemplo, orçamentos "autorizativos", isto é, que permitem ao Executivo gastar apenas o que quer, contingenciar o que deseja. Além disso, como prática advinda dessa forma de "aprovação" orçamentária, o Executivo dispõe, ano após ano, da prerrogativa de fazer os remanejamentos orçamentários e financeiros que atendam aos seus interesses.

Ao mesmo tempo, um fato que chama a atenção, é que o Governo não esconde dados quantitativos de tudo isso, pois é incalculável o volume disponível via Internet, em sites de amplo alcance como o do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada, vinculado ao Ministério da Fazenda) que através do Ipeadata Online (<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll>) compila indicadores de todos os institutos vinculados aos setores sindicais das atividades econômicas, do próprio governo, dos sindicatos de trabalhadores, etc., assim como, agrega-os para seus próprios estudos.

Por tudo isso, assiste-se ao mesmo tempo, se se deseja acompanhar as publicações governamentais especialmente via eletrônica, uma transparência de informações sem precedentes e o aprisionamento da política, dentre outras coisas, pelo próprio excesso de informação. Com isso, ocorrem dois fenômenos importantes estudados na teoria social da informação. O primeiro é o do excesso de informação como gerador de desinformação, ou como diz Wurman, ansiedade. E o segundo é a variedade, multigeração e multifuncionalidade da informação como fatores criadores de um poder de certo modo incontrolado, muito parecido com o que é retratado em O poder da Informação, por Weitzen.

O conjunto dessas situações de conflito político e econômico interno, relacionadas a uma pressão aceita pelas classes dirigentes (por uso consciente ou não das informações disponíveis) de ajustamento do país ao Grande Sistema Político e Econômico Internacional são a mais importante expressão das mudanças que o país vem vivendo cotidianamente, nestes últimos anos do século XX.

Diante disso, no que toca ao Sistema profissional bibliotecário brasileiro, pode-se por em questão se o mesmo será capaz de responder, conscientemente, organizadamente, às mudanças do ambiente do país no início do século XXI, uma vez que a sensação de caos tende a se aguçar, em face de que o projeto do Estado evidencia-se estar, neste momento, alicerçado em importante infra-estrutura informacional capaz de desinformar, em todos os sentidos, pelo excesso de informação.

4 A CAPACIDADE DO SISTEMA PROFISSIONAL BIBLIOTECÁRIO BRASILEIRO PARA RESPONDER ÀS MUDANÇAS DO AMBIENTE DO PAÍS NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

A capacidade do sistema profissional bibliotecário brasileiro para sobreviver às décadas iniciais do e no século XXI tem uma relação direta com a concatenação e fortalecimento das ações dos subsistemas visível e invisível e com a progressiva atenuação das ações do subsistema nulo.

Uma análise cuidadosa dos últimos 20 anos do século XX tende a mostrar a completa desarticulação das ações encetadas no âmbito dos subsistemas visível e invisível, no interior do sistema profissional bibliotecário brasileiro. Visto conforme cada um dos níveis tomados nesta análise (físico, mental e normativo), constata-se uma caminhada do sistema profissional bibliotecário brasileiro de uma forma que não tem paridade com o avanço do ambiente político e econômico do país, a não ser naquilo que denominou-se neste estudo de sensação de caos permanente do Estado brasileiro.

a - Tome-se o nível físico

- Neste, o conjunto de instituições e pessoas adquirentes de serviços, embora tenha se expandido amplamente, com a ampliação dos parques industriais, de serviços e de comércio, ainda que em parte com a estabilização do setor Governo, não se tornou um absorvedor de profissionais bibliotecários na mesma proporção de seu crescimento.
- O conjunto de entidades de representação e organização política da categoria, que é outro fator considerado no nível físico, reduziu-se ou entrou em estado de dormência. O número de Associações de Bibliotecários não se expandiu, ao contrário algumas fecharam as portas. Entidades outrora fortes se encontram em estado letárgico. O surgimento ou desempenho da ABEBD (Associação Brasileira do Ensino de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação) e da ANCIB (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação) pouco tem produzido em termos de fortalecimento do sistema profissional bibliotecário brasileiro, porque pelas condições operacionais e estruturais com que contam mais contribuem para o adensamento do subsistema nulo.
- O conjunto de escolas para a formação de pessoal, o terceiro fator considerado nesta análise do nível físico, praticamente permanece estável. A implantação nos últimos 3 anos de Cursos de Graduação em Biblioteconomia nos estados de Alagoas e Rio Grande do Norte e as propostas já aprovadas de implantação na cidade de Ijuí (RS) e no estado de Mato Grosso, poderão mudar um pouco o quadro em suas regiões, se suas ações forem inovadoras o suficiente para reduzir o potencial do onipresente subsistema nulo.

b - Tome-se o nível mental

- Neste, um acervo de atitudes, habilidades e modos de ser depende não do espontaneísmo individualista mas sobretudo do modelo de postura dos profissionais que já estão em campo. De outro lado, estas posturas refletirão, em grande parte, a ação da escola que dependeria de diretrizes emanadas dos fóruns de discussão da categoria profissional. Como o conjunto das entidades está descoordenado e competindo entre si, o segmento ensino também age independentemente como se fora um sistema autônomo com o agravante de que, dentro dele, cada escola age por si em função da não visibilidade do Sistema Profissional Bibliotecário como orientador de suas ações, de seu currículo, de suas práticas de ensino, etc.
- O acervo de princípios éticos e de conduta social, ainda que construído em boa parte no processo de existência em sociedade, no âmbito do sistema profissional bibliotecário precisa ser reforçado e canalizado durante a formação acadêmica dos futuros profissionais pela introjeção, por estes, da cosmovisão que o

sistema profissional bibliotecário possui. Para isso, muito contribui a ação do professor como membro qualificado do sistema profissional bibliotecário para transferir essa cosmovisão, seja por sua postura, pela escolha dos temas das aulas, pela inserção nas aulas e demais práticas dos valores aceitos pela categoria profissional, pela relação de mútuo respeito com seus alunos, pelo reconhecimento das diferenças pessoais, psicológicas, sociais e históricas, por fazer ver as desigualdades que a existência produz sobre a sociedade, pela busca de mecanismos didáticos que promovam a reflexão sobre o impacto do trabalho profissional tanto no sentido de promover as mudanças quanto no sentido de manter o status quo, enfim, além de textos escritos, debates e discussões, também são importantes as formas de conduta dos educadores bibliotecários e isto igualmente está em jogo. Como há a desarticulação de organização política da categoria, tende a prevalecer a sensibilidade de cada docente, fazendo com que este acervo de princípios éticos e de conduta se constitua como uma aura individual. Neste sentido, na própria escola não fica evidente para o aluno uma certa unidade neste aspecto. O resultado dessa pleora é que o futuro profissional também se sente autorizado a desenvolver seus próprios princípios, reforçando assim o subsistema nulo.

- O acervo de conhecimento assimilado e em desenvolvimento, com alimentação intelectual permanente, decorrente da busca de solução para os problemas colocados pela interação com a sociedade, também depende, no sistema profissional bibliotecário brasileiro, da escola. Nela se faz a pesquisa, embora nem todos os Cursos de Graduação em Biblioteconomia ensinem a partir dos princípios da pesquisa. Nem todos exigem Monografias de Conclusão de Curso, por exemplo. Mas esse fator é muito mais amplo. Ele envolve a produção de livros, a produção de artigos, o uso de bibliografia para apoiar o ensino, a transformação de casos reais em objeto de análise e síntese, com a publicação permanente não apenas de textos para aulas, mas de polêmica, de propostas, de sugestões para políticas públicas, etc. Se for tomado para efeito de análise a quantidade de títulos de periódicos publicados com periodicidade regular, a quantidade de livros editados de origem nacional ou estrangeira (traduzidos e editados no país), vê-se um descompasso muito grande não apenas com a perspectiva de fortalecimento do sistema profissional bibliotecário mas sobretudo com o progresso econômico do país. Uma avaliação possível é que o sistema profissional bibliotecário, neste aspecto, está alienado. Isto é, no nível mental e em sua parte mais nobre que é a resultante da intervenção intelectual não é fortalecido adequadamente o subsistema visível.

c - Tome-se o nível normativo

- Neste, é necessária a materialização de uma documentação que reflita o pensamento concreto de todos os profissionais participantes da categoria sobre o alcance de sua atuação, a correlação de forças sociais que a mantém ou que a criticam, a avaliação dos resultados que produz, os benefícios que a sociedade usufrui com a sua presença, etc. Num primeiro momento, espera-se que isso seja traduzido por uma proposta de perfil da profissão, que sirva como referência e instrumento de difusão das características profissionais, no estilo de um mapa dos diversos traços constituidores desse papel profissional. Isso, com qualidade, adviria da existência de um Comitê de Pesquisa sobre a profissão bibliotecária vinculado à Associação Nacional da categoria que produziria, publicaria e atualizaria esse mapa. Tal produção exporia para a sociedade não apenas resultados mas o faria a partir da construção inicial de metodologias que permitiriam a coleta, análise, interpretação e validação dos resultados, de tal modo que a difusão desses resultados tivessem o valor científico necessário e a capacidade de submeter-se ao critério popperiano de falsificabilidade. Significa assim, que essas metodologias estariam também sob constante avaliação para que as informações

capturadas para os estudos pudessem cobrir as diferentes variáveis que o próprio ambiente interpusesse no desenvolvimento da atuação profissional. No panorama com que se vem trabalhando tanto inexistente uma Associação Nacional da categoria quanto quaisquer Comitês de Pesquisa sobre a profissão bibliotecária. Novamente, o que há são alguns estudos parcelares, metodologicamente diversos que não permitem afirmar que refletem o pensamento concreto dos profissionais atuantes na profissão bibliotecária. Desse modo, porque dependeria também desse suporte que inexistente, o ensino de Biblioteconomia tende a ser claudicante pois este primeiro grande instrumento do Sistema Profissional Bibliotecário brasileiro inexistente não está disponível. De fato, como em outros níveis (físico e mental) a explicitação do perfil da categoria, tanto para a educação quanto para a defesa do Sistema, é voluntária e depende da visão pessoal de mundo que cada profissional dispõe. Assim, em vários momentos, pela divergência de discursos profissionalistas, esta ausência tende a reforçar o subsistema nulo.

- Uma documentação que estabeleça as formas de conduta profissional explicitando a deontologia do grupo em consonância com os princípios éticos intuídos pela categoria, precisa estar presente. Essa documentação se materializa através de estatutos associativos, orientações deontológicas, regulamentos de estabelecimentos bibliotecários, currículos escolares, programas de ensino, dentre outros. No caso brasileiro, tem-se com uma força correspondente ao centralismo estatal, a Legislação Federal que regulamenta tanto o exercício da profissão, quanto o currículo da escola e o modelo de fiscalização do exercício profissional. De outro lado, dispõe-se, no âmbito da regulamentação do órgão de fiscalização, do chamado Código de Ética Profissional. Em todos esses documentos se encontra defasagens de diversas ordens. No caso da legislação bibliotecária, o principal instrumento, a Lei 4.084 de 1962 continua vigente. Um esforço de mais de 10 anos da categoria profissional para modernizar o texto legal, resultou em uma contra-lei, em 1999, pois o seu texto aprovado pelo Congresso Nacional foi quase integralmente vetado durante o processo de sanção presidencial, resultando inócuo todo o esforço realizado. No caso do currículo da escola, continua vigente o currículo mínimo de 1982. No entanto, pior que isso, é que junto ao currículo formal ocorre toda uma fórmula antiga de estrutura em que a formação, em geral, se inicia por um elenco de conhecimentos básicos, seguido por conhecimentos específicos através do qual se desconecta totalmente a possibilidade de realização do tripé ideal universitário do ensino, pesquisa e extensão.^v Com a Lei 9.394, de 1996, a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, foi iniciado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) um processo de construção dos parâmetros / diretrizes curriculares também para o ensino superior. No caso da Biblioteconomia, a proposta ora em exame pelo CNE não produz possibilidades de mudanças curriculares significativas. Propostas curriculares em estudo ou em início de aplicação em alguns cursos / escolas de Biblioteconomia, já considerando as indicações dos parâmetros da área, tendem a manter os procedimentos anteriores de construção e operação curricular. De outro lado, exerce também contribuição importante para a não mudança a chamada proposta de harmonização curricular dos cursos em âmbito de Mercosul, que termina por formar um delineamento relativamente rígido dos currículos a fim de garantir um certo nível de intercâmbio entre as várias escolas dos países membros. Assim, mesmo existindo no âmbito da categoria bibliotecária brasileira documentação que estabeleça as formas de conduta profissional explicitadora da deontologia do grupo em consonância com os princípios éticos intuídos pela categoria e, além disso, sobre a organização dos estudos visando a formação de pessoal, num caso (o Código de Ética profissional) isto representa um atraso de muitos anos (o Código vigente ainda é de 1986) e no outro, o caso do currículo, está

sempre em discussão o seu conteúdo e não as práticas pedagógicas que deveriam ser empregadas na sua execução, o que serve para consolidar o projeto pedagógico dos anos 60 que não foi superado pelo de 1982. Nessa situação, embora o alcance desta documentação existente fique nos limites do subsistema visível, seus conteúdos conduzem tal estado de tensão aplicativa que reforçam o subsistema nulo.

- Uma ampla bibliografia científica em crescimento constante e qualitativamente forte que demonstre a capacidade autogerativa do grupo e sua leitura permanente da mudança do ambiente que abriga o sistema profissional, também precisa estar presente. Esta bibliografia seria materializada como resultado do componente ou tempo para pesquisa inserido na atuação dos vários tipos de profissionais. Contudo, dentre estes, se esperaria muito mais do trabalho do professor e, no caso do movimento docente brasileiro, e da legislação do país, por estar a pesquisa como tarefa obrigatória da atuação universitária. Independentemente da escola ter ou não programas permanentes de pós-graduação faria parte das obrigações elementares do docente a geração de conhecimento novo, seja por novas descobertas teóricas a partir do terreno empírico, seja pela reinterpretação e adaptação dos conhecimentos importados, dirigindo-os para a aplicação prática. Do pessoal técnico-executivo, detentor da formação pós-graduada, também se espera esta produção. Parte importante do trabalho que estariam realizando nas entidades e empresas seria o de recriação científica e de reconstrução das estruturas e dos processos informacionais que executam. Afinal, se não fosse por outra razão, seria ao menos pelo fato da pós-graduação na área ter-se dedicado, através dos programas acadêmicos, à formação de cientistas e docentes. Destes cientistas e docentes se espera a contribuição na mudança dessas estruturas e do ensino praticado e, mais que isso, a publicização dos resultados. A situação, de fato, é de que desde o final dos anos 70, o país conta com o mesmo número de cursos de pós-graduação stricto sensu na área de estudos pertinente à Biblioteconomia em nível de Mestrado. Nos 3 últimos anos surgiram novas alternativas de linhas de investigação vinculadas a programas de Mestrado em Comunicação. Contudo, em seu conjunto, esta bibliografia não tem adquirido a amplitude desejada e há questionamentos, dependendo do olhar teórico do observador, com relação ao fator qualidade. Assim, não se demonstra claramente essa capacidade autogerativa, principalmente pela predominância de temáticas que se distanciam da resposta exigida pelo ambiente econômico e político. Com isso, este fator contribui de modo constante para o reforço do subsistema nulo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comparação dos conteúdos que os elementos componentes do sistema profissional bibliotecário brasileiro vêm apresentando nestes últimos anos com as mudanças políticas e econômicas do ambiente nacional no final do século XX sugerem, à primeira vista, que o sistema profissional bibliotecário brasileiro é uma virtualidade que tem sérios limites de capacidade de oferta de respostas contemporâneas às mudanças do ambiente político e econômico no início do século XXI.

Um fator central a considerar diz respeito à própria organização da totalidade das atividades da categoria bibliotecária brasileira que de modo nenhum está integrada politicamente e nem mesmo delineada em um esboço

teórico que a resgate e a retrate. A falta disso, ou seja, a ausência de uma visão sistêmica objetiva que comporte todos os componentes estruturais vividos pela prática cotidiana da categoria bibliotecária do país, ao menos em nível teórico, leva à ocorrência de uma grande dificuldade para a reorganização associativa, curricular e de mercado de trabalho bibliotecário. Esse que tem sido um entendimento recorrente nos momentos em que se discute essas questões, não tem sido resolvido, ao menos em parte, na medida em que o debate começa de qualquer ponto para chegar a lugar nenhum.

A ausência permanente da eleição de um marco teórico que conduza ao estudo das possíveis saídas a dar para o dimensionamento real do mercado de trabalho, para a organização de currículos que atendam ao "mercado" e à sociedade mais ampla terminam por tumultuar acentuadamente a compreensão de que o meio ambiente político e econômico têm uma dinâmica própria que decorre de sua exponencial complexidade, incapaz, portanto, de esperar que qualquer categoria profissional compreenda os mecanismos que lhe permitam ajustar-se às mudanças.

Outro fator igualmente importante é que a ação da escola de Biblioteconomia permeia todas as demais ações. Ocorre que ela não tem conseguido exercer uma liderança de tal dimensão que permita à toda a categoria bibliotecária nacional compreender a necessidade de fazer uma costura teórica objetivadora do conjunto de componentes que estruturam o Sistema Profissional Bibliotecário Brasileiro. Essa crise de liderança, não apenas precisa ser superada pela Escola, como é condição indispensável para que o Sistema Profissional possa ter a chance de ser conscientemente fomentado. De outro lado, a própria escola sofre de uma crise original que se traduz na dificuldade de apropriar-se do conhecimento pedagógico necessário ao seu trabalho de formação de profissionais. A exibição disso ocorre permanentemente. Quando das revisões curriculares a preocupação quase sempre centra-se na mudança dos conteúdos curriculares — que termina não ocorrendo — e, no entanto, o centro do problema, em geral, está relacionado às práticas pedagógicas e à estrutura do currículo. Ou seja, em geral o problema está na articulação vertical-horizontal dos conteúdos, no modo de ministrá-lo, na maneira de verificar o aprendizado, na seleção dos métodos e técnicas empregados na interação do aluno com o saber e não no conteúdo propriamente dito. Mesmo com as inovações tecnológicas à disposição da sociedade, o que se tem verificado é que os conteúdos fundamentais não se modificam em suas essências. O fato que ocorre é o uso de novos meios para o emprego dos conceitos de controle, gestão e uso da informação.

Na problematização apresentada neste artigo, a partir da caracterização do Sistema Profissional bibliotecário e na sua abordagem pelos níveis "físico", "mental" e "normativo", foi possível observar que ocorreu, em particular nos últimos anos do século 20, um enfraquecimento generalizado de todos os fatores que correspondem à sua composição ou o constituem.

O mais grave, porém, é que a partir da tipologia adotada para a caracterização estrutural do Sistema Profissional percebe-se claramente a força que representa o subsistema nulo. No dia-a-dia da prática bibliotecária, nos eventos profissionais e no movimento associativo é fácil evidenciar a presença ostensiva da desinformação profissional e a insatisfação manifesta. Grande número de bibliotecários se recusa a participar e fortalecer o movimento associativo; reduz a importância da formação universitária especialmente pela contra-política

adotada para os estágios de acadêmicos; filia-se ao órgão fiscalizador do exercício profissional apenas por temer as multas e punições; aceita passivamente comentários negativos atribuídos à profissão; mostra desalento em contribuir com uma ação mais efetiva da categoria voltada à expansão do mercado de trabalho; aceita a permanência das várias agremiações profissionais politicamente desarticuladas entre si; e, por fim, aceita a não existência de uma única associação profissional de âmbito nacional que possa nutrir-se de forças a permitir a viabilização de enfrentamentos decisivos para a própria sobrevivência de um Sistema Profissional Bibliotecário brasileiro.

De qualquer modo, queira-se ou não, já passa da hora desta situação ser encarada de frente pelos bibliotecários brasileiros, sob pena de, não tendo rumos, todos os esforços pontuais de fortalecimento da informação para todos os cidadãos, sem discriminação, ora em desenvolvimento por membros desta categoria profissional, sejam solapados por uma única visão de prática bibliotecária que é a Biblioteconomia internética, onde a cidadania do usuário da informação é garantida apenas para os felizes poucos por centos que têm e terão acesso ao computador, bem como os meios para efetuar o pagamento dos custos de comunicação. A Biblioteconomia, desde a sua concepção social, portanto, plural, colocada como mediadora da cidadania, está perdendo a vez e a liderança pois que mais fortes parecem ser as decisões tomadas a partir da perspectiva economicista. Tornar transparente o Sistema Profissional Bibliotecário brasileiro, forjá-lo a partir de uma costura integradora, e utilizá-lo como marco teórico para a formação de profissionais bibliotecários e para orientação das ações bibliotecárias nacionais é o mecanismo que a categoria bibliotecária precisa dispor para se credenciar a responder conscientemente às mudanças do ambiente político e econômico neste início de século XXI.

6 BIBLIOGRAFIA

- AYALA, Eduardo J. Z. e BOHRER, Carmen R. S. *As teorias educacionais como fontes das concepções de currículo: um estudo preliminar*. Localizado em 28.06.2000 em <http://www.ufsm.br/adeonline/ayala.html>
- CASTELLS, Manuel. *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 3 v.
- CUNHA, Maria Isabel da. *O currículo do ensino superior e a construção do conhecimento*. Localizado em 29.06.00 em <http://www.unicamp.br/prg/forgrad/formem3j.html>
- DREIFUSS, René. *A época das perplexidades: mundialização, globalização e planetarização: novos desafios*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- HABERMAS, J. *Teoria de la acción comunicativa*. Madrid: Tauros, 1999. 2 v.
- JANTZEN, Sylvio Arnoldo Dick. *Uma tentativa de produção do conhecimento*. Localizado em 29.06.2000 em <http://www.unicamp.br/prg/forgrad/formem3b.html>
- LEITE, Denise e outros. *Formação do docente na universidade pós-moderna*. Localizado em 29.06.2000 em <http://www2.uca.es/HEURESIS/heuresis98/v1n2-1.html>.
- POPPER, Karl. *Conhecimento objetivo*. São Paulo: EDUSP, 1975.
- PRADO, José Luiz Aidar. *Brecha na comunicação: Habermas, o Outro, Lacan*. São Paulo: Hacker Ed. : CESPUC, 1996.
- SOUZA, Francisco das Chagas de. *O ensino de biblioteconomia no contexto brasileiro*. Florianópolis: Ed. UFSC, 1990.
- _____. *Biblioteconomia no Brasil: profissão e educação*. Florianópolis: Associação Catarinense de Bibliotecários, 1997.
- WEITZEN, Harold Skip. *O poder da informação: como transformar a informação que você domina em um negócio lucrativo*. São Paulo: Makron Books, 1991.

WURMAN, Richard S. *Ansiedade de informação*. São Paulo: Cultura, 1991.

ⁱ Para uma aproximação com essas concepções pode-se ler HABERMAS, J. *Teoria de la acción comunicativa*. Madrid: Tauros, 1999. 2 v. ou uma expressiva síntese em PRADO, José Luiz Aidar. *Brecha na comunicação: Habermas, o Outro, Lacan*. São Paulo: Hacker Ed. : CESPUC, 1996.

ⁱⁱ Para uma boa síntese sobre a teoria de sistemas e sobre o uso da mesma por Habermas ver PRADO, José Luiz Aidar. *Brecha na comunicação: Habermas, o Outro, Lacan*. São Paulo: Hacker Ed. : CESPUC, 1996. p. 50-52.

ⁱⁱⁱ Para uma visão de síntese dessa tipologia pode-se ler AYALA, Eduardo J. Z. e BOHRER, Carmen R. S. *As teorias educacionais como fontes das concepções de currículo: um estudo preliminar*. Localizado em 28.06.2000 em <http://www.ufsm.br/adeonline/ayala.html>

^{iv} Conforme dados captados em <http://www.ibge.gov.br> , em 13.07.2000.

^v Uma demonstração de como se dá esta desconexão na forma atual de estruturação do currículo no ensino superior brasileiro e que também é seguida por parte dos Cursos de Graduação em Biblioteconomia, pode ser encontrada em CUNHA, Maria Isabel da. *O currículo do ensino superior e a construção do conhecimento*. Localizado em 29.06.00 em <http://www.unicamp.br/prg/forgrad/formem3j.html>